



**A MONOCULTURA DO FUMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: tema para o Serviço Social**

**Cristine Jaques Ribeiro<sup>1</sup>**  
**Deisy Jaques Ribeiro<sup>2</sup>**  
**Nilson Binda<sup>3</sup>**

**Resumo:** O trabalho se propõe analisar a monocultura do fumo na agricultura familiar a partir do contrato de adesão feito entre fumageiras e fumicultores. Assim, o texto problematiza a produção no cotidiano das famílias de pequenos agricultores. Por fim, o texto apresenta o tema da agroecologia como alternativa frente a lógica da produção do fumo.

**Palavras-Chave:** Fumicultura; Contrato de Adesão e Agroecologia.

**Abstract:** This study aims to analyze the tobacco monoculture in agriculture from family membership contract made between tobacco and tobacco growers. Thus, the text discusses the production in everyday life of families of small farmers. Finally, this paper presents the issue of agroecology alternatively ahead logic production of smoke.

**Words- key:** culture of the tobacco, Adhesion Contract and agroecology.

<sup>1</sup>Doutora. Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). E-mail: cristinejrib@gmail.com

<sup>2</sup>Bacharel. Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

<sup>3</sup>Mestre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)



## 1. INTRODUÇÃO

A produção de fumo como monocultura e, conseqüentemente, como cultura de subsistência na agricultura familiar é tema que instiga problematização. Por um lado, a cultura do fumo gera mais trabalho para todos os membros familiares envolvidos nessa cultura, mantendo-os no campo, contribuindo, assim, para a diminuição do êxodo rural. Por outro lado, ela cultiva a exploração capitalista, de baixo risco e baixo custo para as empresas fumageiras que, sem nenhum vínculo empregatício, mantém vínculo contratual de adesão firmado com os agricultores sugando sua força de trabalho. A dedicação intensa, a preocupação constante em cada etapa da produção do fumo e o pré-endividamento por meio de adiantamentos são alguns dos fatores que contribuem na produção de doenças físicas e mentais e do envelhecimento precoce dos membros familiares. Em muitos casos as doenças são tardiamente detectadas contribuindo com a perda de pessoas e da dignidade humana.

Sendo assim, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar tal tema para a formação profissional em Serviço Social com a intenção de ampliar o universo teórico-prático bem como reafirmar que a realidade agrária das famílias de pequenos agricultores se apresenta como manifestação da questão social.

## 2. A PRODUÇÃO DO FUMO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Inicia-se este item problematizando que o cultivo do fumo aprisiona estafantemente os agricultores por longo período, “treze meses por ano”, como dizem os produtores, principalmente no calor das estufas no período de verão na região Sul do Brasil. Este aprisionamento impede-os de participar livremente da vida de suas comunidades e do tranqüilo convívio familiar no meio rural. Durante os oito dias em que o fumo permanece na estufa para secagem o controle da temperatura e da umidade, entre outros fatores, tem de ser constante. De duas em duas horas, noite e dia, há de ser fazer a vistoria para verificar todos os fatores de secagem, pois o risco de perda da qualidade e o risco de queima do produto são enormes. Nas atividades com o fumo são envolvidas,



inclusive, crianças e adolescentes em longas jornadas de trabalho. Se, por um lado, elas auxiliam na renda familiar, por outro, sofrem danos ao desempenho escolar e ao aprendizado com conseqüências irreparáveis na vida adulta. <sup>4</sup>

Problematizar os acordos feitos via Contrato de Adesão entre as empresas fumageiras e as famílias, no que se refere ao pagamento de financiamentos, gera incômodos. De um lado, incômodo devido ao fato de que todos os membros da família produtora de fumo são envolvidos e o tempo todo no processo de produção do tabaco, na expectativa de vantagens econômicas significativas para toda a prole. De outro lado, incômodo devido ao fato de as empresas, através de seus 'instrutores' como são conhecidos, reconhecerem as fragilidades social e econômica dos agricultores e penetrarem no seu núcleo familiar alimentando as perspectivas prósperas em muitas de suas visitas às propriedades dos agricultores, perspectivas essas quase sempre frustradas.

Nas primeiras visitas são feitos cálculos e mais cálculos pelos instrutores que demonstram as vantagens econômicas do processo produtivo do tabaco. Depois de muito trabalho, envolvimento, sacrifícios e responsabilidades, o que sobra aos agricultores não são os lucros pré-calculados, que prevalecem nas empresas, e sim o endividamento e a perspectiva de sempre plantar mais e mais fumo para tentar saldar as dívidas contraídas com a fumageira. São dívidas de infra-estrutura, investimentos e de custeio necessários à produção do tabaco.

Os agricultores descapitalizados e empobrecidos e sem perceber outra saída, aderem ao plano proposto pelas Empresas fumageiras. Certos de 'lucro certo' os agricultores investem na correção do solo, colocando corretivos químicos advindos das empresas; investem em infra-estrutura, financiando e construindo estufas, galpões e em maquinários para curar o fumo. Tudo isso num 'pacote' que vem das empresas fumageiras, como reza nas Cláusulas do Contrato de Adesão.

---

<sup>4</sup> Matéria exibida em programa televisivo da Rede Globo, intitulado *Fantástico* abordou esta temática no dia 18/05/08.



Todos esses investimentos são de recursos adiantados, como que ‘emprestados’, pelas empresas aos produtores. Eles vão se acumulando e descontados na hora do pagamento, depois da entrega do produto. Daí decorre o aumento do endividamento, pois nem sempre a produção cobre os custos do investimento. Também são embutidos juros, correção monetária e taxas de adesão que aumentam ainda mais a dívida.

Em levantamento de dados empíricos em famílias plantadoras de fumo do interior de um município da região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, percebem-se claramente alguns dos efeitos do excesso de entusiasmo dispensado pelos *instrutores* para que as famílias pudessem aderir ao plantio do fumo. Segundo relato dos agricultores, quando o *instrutor* fez a primeira visita em suas propriedades identificou logo as condições da terra. Em seguida projetou: com o cultivo do fumo em no máximo três anos as famílias estariam numa situação financeira pelo menos duas vezes melhor da atual, inclusive com carro na garagem e saldo capital que causaria inveja aos vizinhos. Na terceira visita os Contratos de Adesão, entre os agricultores e a empresa, estavam firmados e em suas cláusulas a previsão de investimentos na lavoura de fumo e também a construção de estufas, estas financiadas por um período de cinco anos pela mesma empresa fornecedora dos insumos. Pelo contrato firmado esta mesma empresa será a compradora do fumo a ser produzido na propriedade familiar.

Se num tempo a produção de fumo vai mal, por conta de intempéries, o prejuízo está fadado e o investimento feito precisa ser pago, daí a incômoda e incessante busca de recursos oriundos de seguros nem sempre compensatórios. Quando a produção de fumo vai bem, a classificação das folhas do fumo feita nas empresas e por funcionários qualificados diminui a quantidade do melhor fumo, que poderia ter um melhor rendimento. A alta oferta de fumo no mercado faz o preço cair, pela lei de oferta. Lembra-se aqui: os preços do fumo são estabelecidos pela Câmara Setorial das Empresas Fumageiras. Devido à alta oferta do produto o preço também não é compensatório.

Portanto, como se pode perceber, são raríssimos os casos em que agricultores familiares progredam economicamente de uma maneira satisfatória a partir do cultivo do fumo. O que mais se vê são ilusões perdidas e frustrações. Além disso, permanecem os



comprometimentos contratuais em longo prazo onde os agricultores estão atrelados e obrigados, por força da lei, a dar conta de seus empenhos e compromissos assumidos.

No atual momento histórico em que vive a humanidade é notável a preocupação de organismos internacionais, como a ONU, FAO, em perceber um *déficit* na produção de alimentos no mundo ocasionando a geração da fome física e de fato em milhões de seres humanos. Não está somente na destinação recente de produtos historicamente destinados ao fabrico de alimentos, como o milho ou a soja para a produção de *etanol*, a responsabilidade da diminuição de produção de alimentos. Ao longo de mais de um século a cadeia do fumo vem ocupando a força de milhões de agricultores, vem utilizando as melhores terras e captando investimentos públicos em detrimento da produção de alimentos.<sup>5</sup> O processo de reconversão, da produção de fumo para produção de alimentos, assinado por mais de cem países em 2004, na Convenção-Quadro, da ONU, ainda está lento na adesão dos agricultores que de geração a geração vem produzindo fumo. A falta de incentivos e de subsídios por parte dos governos e a precariedade no acompanhamento técnico são alguns dos fatores determinantes da morosidade de tal adesão.

Diante desta situação poderia se projetar: se o que é investido e aplicado na produção de fumo fosse orientado à produção de alimentos, com instrutores e técnicas adequadas, certamente haveria redução rápida na quantidade de tabaco produzido no mundo e, conseqüentemente, também cairia à produção de doenças dele originadas. Por decorrência, aumentaria a produção de alimentos e diminuiria a fome de milhões de pessoas. Parece fácil, parece simples, mas não é! Há interesse de toda a natureza que retarda e dificulta tal orientação. Por trás da produção de fumo existem as empresas, os laboratórios de pesquisa e governos dedicados a tais investimentos.

Aqui se poderia desenvolver entre outros o tema da produção orgânica e ecologicamente correta de alimentos, cultivando produtos saudáveis e sem o uso

---

<sup>5</sup> Conforme publicação a pedido da AFUBRA (Associação Brasileira de Fumicultores do Brasil) no jornal Correio do Povo de 25/05/2008 - Capa - nos três Estado do Sul (PR, SC e RS) existem 180 mil famílias que produzem fumo e em torno de 70 mil famílias assumiram essa atividade nos últimos 20 anos.



intensivo de produtos químicos agrotóxicos. Esse tema será abordado, como uma alternativa viável à produção e cultivo do fumo na agricultura familiar.

## 2. AGROECOLOGIA: UMA PRÁTICA POSSÍVEL

Com a realidade acima apresentada cabe considerar as práticas recriadas pela agricultura familiar para resistir aos impactos sociais, econômicos, ambientais e contratuais impostos pela cultura capitalista. Assim, este item, pretende apresentar a existência da proposta agroecológica como outra prática possível de produção.

Torna-se pertinente problematizar o tema agroecologia, pois é comum encontrar esta fundamentação a partir das práticas de cultivo agrícola. No entanto, o texto aqui instiga ampliar a noção de cultivo para um conjunto de aspectos que implicam criar outros modos de viver no planeta. Este objetivo analítico assegura-se na perspectiva que a agroecologia tornou-se uma ciência com abordagem multidisciplinar e esta abordagem reconhece o conhecimento local dos agentes envolvidos para garantir a sustentabilidade coletiva. Por sustentabilidade se entende aqui práticas que apresentam dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento que assegurem a conservação da terra, da água, dos recursos genéticos, vegetais e animais, tecnicamente apropriados, economicamente viáveis, socialmente aceitáveis e ambientalmente não degradáveis<sup>3</sup>.

Agroecologia não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas agrônomicas aplicadas à agricultura, mas precisa ser entendida como um enfoque científico capaz de oferecer, também as ferramentas para a comparação entre diferentes formas de produção e suas respectivas lógicas de reprodução social e de apropriação da natureza. (CAPORAL E COSTABEBER, 2002, p. 21).

Se nos reportarmos para a história linear iremos encontrar antigas práticas de pequenos agricultores que em seus modos de viver reproduziam o cuidado com a terra e com os seres que a compõe como princípio<sup>4</sup>. Mas, se formos retomar mais

<sup>3</sup> Ver o programa de formação técnico-social da EMATER/RS especialmente o artigo: Agroecologia: Enfoque Científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável dos autores Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber. Porto Alegre, 2002.

<sup>4</sup> Sugerimos a dissertação de Mestrado de Nilson Binda para pesquisa sobre a realidade das famílias assentadas pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Rio Grande do Sul: *A Família em Transformação: democratização das relações intrafamiliares de assentados*



profundamente a História do Brasil iniciará antes da “colonização forçada” onde seus primeiros habitantes, os índios, já viviam numa outra relação com a terra, pois os sentidos produzidos por estes era de conviver e não de explorar os recursos naturais.

Infelizmente, com a imposição química da “Revolução Verde” a partir da metade do Século XX, foi desconsiderada toda experiência de conviver entre os seres na terra de modo sustentável, pois o discurso de inovação tecnológica no campo impôs a lógica mercantil nas relações sociais à custa da degradação ambiental e empobrecimento econômico<sup>5</sup>.

Penso que já descobrimos que as necessidades sociais, econômicas, culturais, políticas, entre outras, não são naturais e por isso exigem debate. Ou seja, com a imposição da chamada Revolução Verde, muitas famílias que viviam no campo obrigaram-se a assumir a prática do agrotóxico e da imposição química em suas plantações. Um exemplo disso é o cultivo de fumo sob a pressão de empresas fumageiras no Rio Grande do Sul. Nos dias de hoje, amplia-se a imposição através do cultivo de eucalipto como monocultura, por meio de outras empresas. Práticas impostas pelo sistema são, a todo o momento, criadas, e a invenção das tecnologias como paradigma de realização e sucesso é evidenciado (RIBEIRO, 2007, p. 95).

Com a perspectiva de modernizar a agricultura através de suas técnicas, o movimento imposto pela Revolução Verde tentou acabar com o conhecimento existente nas famílias de pequenos agricultores, pois a constante visita de técnicos de empresas pública e privada com o objetivo de criar a necessidade de mudar a lógica de produção conduziu práticas de devastamento por intermédio de fertilizantes e venenos nas produções cotidianas da agricultura familiar. Sobre o discurso de “remédio na plantação” quantidades químicas aceleradas se proliferaram na terra.

Depois da segunda Guerra Mundial, que terminou em 1945, começaram a acontecer mudanças muito profundas na agricultura do mundo todo, através de um plano chamado de REVOLUÇÃO VERDE no campo. Algumas invenções usadas na guerra, especialmente máquinas e produtos químicos, passaram a ser usados em larga escala na agricultura (os venenos da guerra viraram remédios para as plantas). Essas mudanças chegam no Brasil a partir dos anos de 1950, iniciando um processo de “modernização” da agricultura tradicional brasileira. Mas é nos anos após 1960 que entra em cheio no Brasil, trazida dos Estados Unidos, este novo modelo tecnológico de três áreas da ciência - mecânica química e biologia - gerando conhecimentos e tecnologias nestas áreas, objetivando a

<sup>5</sup> Sugere-se a leitura da Cartilha elaborada pelo Frei Sérgio Görgen para informar lideranças que participam da Via Campesina no Rio Grande do Sul.



introdução da mecanização agrícola, os insumos químicos (venenos e fertilizantes) para as plantas, os medicamentos veterinários e as sementes modernas, ditas melhoradas (GÖRGEN, s.d. p.25)

Com estas práticas constantes e frente ao empobrecimento gerado no campo ocasionando o êxodo rural, muitas famílias se viram obrigadas a abandonar seus espaços de moradia, suas histórias de vida, suas perspectivas, o desejo de continuar os sonhos de seus pais. A adubação tecnológica foi se introduzindo na vida das famílias desqualificando as capacidades já existentes de viver no campo onde muitos não conseguiam acompanhar as exigências do mercado.

Contudo, mesmo com o modelo modernizante ofertado pela Revolução Verde alguns agentes ainda hoje resistem e tentam garantir suas práticas endógenas fruto das experiências vividas junto aos seus familiares, como relata com sabedoria a fala de um agricultor com relação à terra, concebida como mãe que gera e dá sustento: “Nós somos filhos dela, ... se eu cuidar dela como a mãe me cuidou quando eu nasci, com carinho, é dela que vou conseguir viver”. Essa relação maternal com a terra garante o sustento de qualidade e a sustentabilidade às gerações futuras.

Assim, abaixo segue a fala de famílias que vivem num assentamento localizado na região sul do Rio Grande do Sul<sup>6</sup> onde responderam a perguntas sobre a concepção de terra, morar no campo e a agroecologia :

Uma das questões fundamental que tem de morar no campo, é produzir a própria alimentação, o próprio alimento usado, porque na cidade, hoje em dia, tu vive de enlatados, vive de produtos com álcool, vive de agrotóxicos, né. Então, aqui a gente produz e sabe o que tá comendo que é uma coisa com saúde, né, porque todo o mundo sabe que o negócio de enlatado... E as crianças que estão na fase de crescimento, né, tomam enlatado de suprimento, né, é muito prejudicial, e pode ser que não aconteça nada de agora, mas no futuro essa criança vai ter vários problemas. Uma das coisas fundamental hoje ... (15-10-2006).

Inclui tudo: legumes, verduras, então é a diversificação de produção: mandioca, batata, amendoim, abóbora, nós temos tudo isso plantado junto na horta, qué dizê é tu sê alimenta com qualidade mesmo, a carne de gado, a carne de galinha,

<sup>6</sup> As falas aqui apresentadas foram registradas mediante ao processo de pesquisa de Doutorado em Serviço Social por Cristine Jaques Ribeiro realizado no programa de Pós-graduação em Serviço Social/PUCRS/2007. As informações registradas seguiram as orientações do Comitê de Ética da PUCRS onde os participantes assinaram os Termos de Compromisso que garantiu a não identificação dos participantes para sua proteção legal.





carne de porco faz três anos que não entra de fora na nossa propriedade, é daqui que sai ou pra nós comê até sai pra fora pra vendê, mas entrá, não entra. Adubo faz dois anos que nós não buscamos adubo de fora, nós mesmo daqui fizemos adubo que a gente coloca na horta, que coloca no pomar... o ano passado nós colhemos aveia, nós tinha ervilhaca que são adubação verde que a gente faz, principalmente, no pomar e na horta porque, enquanto a terra tá descansando tu faz a cobertura verde pra ela descansá melhor ainda, né, então a gente tem essas coisa que a gente tá seis ano que a gente tá aqui a gente tem buscado cada vez se aperfeiçoá melhor e produzi com qualidade...(15-10-2006).

Assim, mesmo com a imposição do sistema capitalista em criar nos pequenos agricultores a necessidade de produzir a monocultura do fumo à base de agrotóxico existe uma outra necessidade criada pela agricultura familiar que é a produção agroecológica, prática resultante da pressão da luta social e política do MST. Esta luta é evidenciada por seus agentes políticos na contribuição para que as famílias ainda possam resistir às normas do mercado mantendo a prática não só do cultivo orgânico, mas a legitimação da construção dos modos de viver numa outra relação com a terra não só com o objetivo de comercialização, mas da garantia da qualidade de vida dos coletivos no espaço social.

Manter ou mudar a linha de produção da agricultura familiar pelas capacidades existentes das famílias assentadas, manifesta a luta coletiva para garantir o direito à vida e, conseqüentemente, os direitos sociais evidenciados na Constituição Brasileira de 1988. Garantir por intermédio da Reforma Agrária o direito à moradia, à educação, ao trabalho, bem como o direito de viver na terra que não estava mais cumprindo sua função social, torna-se a garantia do Direito Humano fundamental das famílias que estão Sem Terra hoje no Brasil. Como bem lembra Alfonsin, “Sem moradia e sem comida, ninguém sobrevive e, para o exercício de ambos esses direitos, tanto a terra como sua posse são indispensáveis” (2006, p. 55).

Por tanto, considera-se então que o direito à vida na terra com dignidade e respeito garante ao agricultor a liberdade de agir seguro em duas direções: a do passado, absorvendo toda experiência e sabedoria oriundas dos antepassados familiares, e a do futuro, incrementado novas tecnologias e práticas que facilitem o bem viver no campo sem causar danos ao meio ambiente e aos seres humanos que nele vivem.

Por fim, o tema da monocultura do fumo como prática de aprisionamento dos modos de vida na agricultura familiar bem como a produção agroecológica, como prática de resistência a imposição do sistema capitalista, por parte das famílias assentadas pelo



MST nos instiga ao debate e a instrumentalização profissional, pois este campo é campo de atuação do Assistente Social.

## 5. REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Jacques Távora. A Função Social da posse como pressuposto de licitude ético-jurídica do acesso e da conservação do direito á terra. Relatório Azul. Assembléia Legislativa do Estado do Rio grande do Sul. 2006. 370p.

BINDA, Nilson. A Família em Transformação: democratização das relações intrafamiliares de assentados. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2002. 192p. (14)

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: Enfoque Científico e Estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. IN: Programa de Formação Técnico-Social. EMATER/RS. 2002. 54 p.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. Os Desafios da Agricultura Camponesa. Cartilla. s. l. s.e. s.d.

RIBEIRO, Cristine Jaques. As manifestações dos modos de viver caboclo: Uma Cartografia Coletiva num assentamento de reforma agrária. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. 143p.